



## GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Instituto Estadual de Florestas

URFBio Triângulo - Núcleo de Controle Processual

Parecer nº 14/IEF/URFBIO TRIANGULO - NCP/2025

PROCESSO Nº 2100.01.0024677/2025-14

## PARECER ÚNICO

## 1. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA INTERVENÇÃO AMBIENTAL

Nome: Antônio Felix dos Santos CPF/CNPJ: 132.002.086-00  
 Endereço: Avenida Francisco Salviano Pinto, nº 700 Bairro: Universitário  
 Município: ITUIUTABA UF: MG CEP: 38302-020  
 Telefone: (34) 99896-5009 E-mail: fernandoproambi@gmail.com

O responsável pela intervenção é o proprietário do imóvel?

(X) Sim, ir para item 3 ( ) Não, ir para item 2

## 2. IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL

Nome: CPF/CNPJ:  
 Endereço: Bairro:  
 Município: UF: CEP:  
 Telefone: E-mail:

## 3. IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL

Denominação: FAZENDA BELA VISTA Área Total (ha): 468,1037  
 Registro nº (se houver mais de um, citar todos): 4.718, 30.441, 30.442 E 34.286 Município/UF: MG

Recibo de Inscrição do Imóvel Rural no Cadastro Ambiental Rural (CAR):

: MG-3134202-97FB.E1F9.FA08.4BAB.A9B0.B299.DC0D.CBF3

## 4. INTERVENÇÃO AMBIENTAL REQUERIDA

Tipo de Intervenção	Quantidade	Unidade
INTERV. EM APP SEM SUPRESSÃO DE VEG. NATIVA	0,07	HA

## 5. INTERVENÇÃO AMBIENTAL PASSÍVEL DE APROVAÇÃO

Tipo de Intervenção	Quantidade	Unidade	Coordenadas planas (usar UTM, data WGS84 ou Sirgas 2000)	
			X	Y
INTERV. EM APP SEM SUPRESSÃO DE VEG. NATIVA	0,07	HA	642485	7903369

## 6. PLANO DE UTILIZAÇÃO PRETENDIDA

Uso a ser dado a área	Especificação	Área (ha)
PASSAGEM DE MANGOTES	REFORMA DE BARRAMENTO ANTROPIZADO	0,07

## 7. COBERTURA VEGETAL NATIVA DA (S) ÁREA (S) AUTORIZADA (S) PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL

Bioma/Transição entre Biomas	Fisionomia/Transição	Estágio Sucessional (quando couber)	Área (ha)
CERRADO	OUTROS		0,07

## 8. PRODUTO/SUBPRODUTO FLORESTAL/VEGETAL AUTORIZADO

Produto/Subproduto	Especificação	Quantidade	Unidade

## 1. HISTÓRICO

Data de formalização/aceite do processo: 05/08/2025

Data da vistoria: 06/08/2025

Data de solicitação de informações complementares: [se for o caso]

Data do recebimento de informações complementares: [se for o caso]

Data de emissão do parecer técnico: 12/08/2025

**2.OBJETIVO**

TRATA-SE DE UMA INTERVENÇÃO SEM SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO NATIVA EM ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE EM UMA ÁREA DE 0,070HAHA, ONDE O PROPRIETÁRIO EFETUOU A MELHORA DE UM ATERRO DE UM BARRAMENTO JÁ EXISTENTE ENTRE AS COORDENADAS UTM 642485 (X), 7903452 (Y) E 642467 (X), 7903295 (Y) CONFORME PEDIDO DE INTERVENÇÃO AMBIENTAL EMERGENCIAL PROTOCOLADO EM 10/06/2025.

**3.CARACTERIZAÇÃO DO IMÓVEL/EMPREENHIMENTO****3.1 Imóvel rural:**

A INTERVENÇÃO REQUERIDA SERÁ REALIZADA NA FAZENDA BELA VISTA, LOCALIZADA NO MUNICÍPIO DE ITUIUTABA, A PROPRIEDADE POSSUI 486,1037HA DE ÁREA TOTAL, EQUIVALENTES A 16,20 MÓDULOS FISCAIS.

**3.2 Cadastro Ambiental Rural:**

- Número do registro: : MG-3134202-97FB.E1F9.FA08.4BAB.A9B0.B299.DC0D.CBF3

- Área total: 468,6734ha

- Área de reserva legal: 58,1585ha [área de RL indicada no CAR]

- Área de preservação permanente: 9,5859ha [área de APP indicada no CAR]

- Área de uso antrópico consolidado: 383,8215ha [área de uso consolidado indicada no CAR]

- Qual a situação da área de reserva legal: [Informar a área da opção assinalada, podendo ser informada mais de uma opção]

(X ) A área está preservada: 58,2198ha

( ) A área está em recuperação: xxxxx ha

( ) A área deverá ser recuperada: xxxxx ha

- Formalização da reserva legal:

( ) Proposta no CAR ( X ) Averbada ( ) Aprovada e não averbada

- Número do documento: AV-33 E 34-4.718, CRI de Ituiutaba

AV- 08 e 09- 30.441 CRI de Ituiutaba

AV-06, 07, 08 e 09- 30.442 CRI de Ituiutaba

AV-01- 34.286 CRI de Ituiutaba

- Qual a modalidade da área de reserva legal:

( X ) Dentro do próprio imóvel

( X ) Compensada em outro imóvel rural de mesma titularidade

( ) Compensada em imóvel rural de outra titularidade

- Quantidade de fragmentos vegetacionais que compõe a área de reserva legal: 04 FRAGMENTO

- Parecer sobre o CAR:

*“Verificou-se que as informações prestadas no CAR apresentado não correspondem com as constatações feitas durante a vistoria técnica realizada no imóvel quanto a área de APP. A localização e composição da Reserva Legal está de acordo com a legislação vigente para fins de deferimento da intervenção requerida”.*

**4.INTERVENÇÃO AMBIENTAL REQUERIDA**

ESTÁ SENDO REQUERIDO UMA INTERVENÇÃO CORRETIVA EM ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE SEM SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO NATIVA EM UMA ÁREA DE 0,070HA, ONDE O PROPRIETÁRIO RETIFICOU UM BARRAMENTO EXISTENTE NA PROPRIEDADE CONFORME SOLICITAÇÃO EMERGENCIAL FEITA EM 10/06/2025.

Taxa de Expediente: 691,37 DAE 1401358233462 reais pago em 10/06/2025

Taxa de Expediente (complementar): 160,40 DAE 1401361352949 reais pago em 05/08/2025

**5.1 Das eventuais restrições ambientais:**

*[Neste tópico, o gestor do processo deverá discorrer sobre eventuais restrições ambientais existentes na área de intervenção solicitada (conforme IDE-SISEMA - <http://idesisema.meioambiente.mg.gov.br>) entre outras características que entender pertinentes, por*

*exemplo:]*

- Vulnerabilidade natural: BAIXA

- Prioridade para conservação da flora: BAIXA

- Prioridade para conservação conforme o mapa de áreas prioritárias da Biodiversitas: NÃO EXISTE ÁREAS PRIORITÁRIAS

- Unidade de conservação: NÃO EXISTE

- Áreas indígenas ou quilombolas: NÃO

- Outras restrições: [Ex.: Art. 11 da Lei 11.428 de 2006, Art. 25 da Lei 11.428 de 2006]

## 5.2 Características socioeconômicas e licenciamento do imóvel:

- Atividades desenvolvidas: AGRICULTURA

- Atividades licenciadas: Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvipastoris, exceto horticultura

- Classe do empreendimento: 2

- Critério locacional: 0

- Modalidade de licenciamento: LAS/RAS

- Número do documento: 358/2019

## 5.3 Vistoria realizada:

A VISTORIA FOI REALIZADA EM 06/08/2025, ACOMPANHADO DO SERVIDOR MAURO MOREIRA DE QUEIROZ.

VIMOS QUE A SOLICITAÇÃO DO REQUERENTE CONFERE COM O QUE ENCONTRAMOS NA PROPRIEDADE. TRATA-SE DE UMA INTERVENÇÃO EM APP SEM SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO NATIVA ONDE O PROPRIETÁRIO REFORMOU UM BARRAMENTO JÁ EXISTENTE PARA UMA MAIOR SEGURANÇA CONFORME PEDIDO DE INTERVENÇÃO AMBIENTAL EMERGENCIAL PROTOCOLADO EM 10/06/2025. .

### 5.3.1 Características físicas:

- Topografia: PLANA E LEVEMENTO ONDULADA

- Solo: LATOSSOLO VERMELHO (SOLO ARENO-ARGILOSO)

- Hidrografia: ESSA PROPRIEDADE É BANHADA PELO CÓRREGO DO RANCHO ALEGRE E DUAS NASCENTES SEM DENOMINAÇÃO, LOCALIZADO NA MICROBACIA DO RIO TIJUCO, PERTENCENTE A BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARANAÍBA.

### 5.3.2 Características biológicas:

- Vegetação: BIOMA CERRADO, COM FITOFISIONOMIA DE CERRADO, E NO LOCAL DA ÁREA DE INTERVENÇÃO NÃO EXISTE VEGETAÇÃO NATIVA.

- Fauna: EXISTE TATU, COBRAS, SERIEMAS, VARIAS ESPÉCIES DE PÁSSAROS. NÃO VIMOS ESPÉCIES AMEAÇADAS DE EXTINÇÃO.

## 5.4 Alternativa técnica e locacional:

NÃO SE APLICA.

## 6. ANÁLISE TÉCNICA

ESSA INTERVENÇÃO SERÁ PASSÍVEL DE AUTORIZAÇÃO DEVIDO A PROPRIEDADE ESTAR COM A SUA ÁREA DE RESERVA LEGAL DEVIDAMENTE REGULARIZADA E ESTANDO EM DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO EM VIGOR LEI 20.922/13.

Este processo de intervenção visa regularizar uma intervenção em APP realizada de forma emergencial conforme processo 2100.01.0020187/2025-91 que teve como objetivo evitar o rompimento do barramento que apresentava danos estruturais que colocavam em risco toda estrutura. Importante ressaltar que o uso da água está devidamente regularizado através da Portaria nº 1900921/2020. Toda intervenção em APP pressupõe a regularidade da reserva legal do imóvel, sendo que neste caso está averbada em cartório e corretamente locada na planta topográfica acostada ao processo, assim como a inexistência de alternativa técnica locacional, no entanto, dado a existência prévia do barramento, o caso se enquadra como rigidez locacional. A viabilidade do pedido encontra respaldo no artigo 3º, inciso II, alínea g já que se trata de uma atividade de interesse social a implantação da infraestrutura necessária à acumulação e à condução de água para a atividade de irrigação e à regularização de vazão para fins de perenização de curso d'água.

### 6.1 Possíveis impactos ambientais e medidas mitigadoras:

NÃO APLICA

Medidas mitigadoras:

REALIZAR CURVAS DE NÍVEL EM TODA PROPRIEDADE;  
EVITAR QUEIMADAS;

## 7.CONTROLE PROCESSUAL

### I. Relatório:

1 - Dispõe o presente parecer sobre a análise jurídica do requerimento de intervenção ambiental (DAIA) protocolizado pelo empreendedor **Antônio Felix dos Santos**, conforme consta nos autos, para intervenção em APP sem supressão de vegetação nativa em 0,07ha, na Fazenda Bela Vista (matrículas 4.718, 30.441, 30.442 e 34.286), localizada no município de Ituiutaba/MG.

2 – A propriedade possui área total de 467,0331 hectares, contando com Reserva Legal devidamente preservada, parte localizada no interior do próprio imóvel e parte compensada em outro, conforme averbações constantes das matrículas nº 4.718, 30.441, 30.442 e 34.286, bem como registrada no Cadastro Ambiental Rural – CAR.

3 – A presente intervenção tem por objeto a regularização da solicitação de intervenção emergencial, formalizada por meio do processo SEI nº 2100.01.0020187/2025-91, referente à adequação de aterro em barramento já existente, localizado entre as coordenadas UTM 642485 (X), 7903452 (Y) e 642467 (X), 7903295 (Y), nos termos do parecer técnico.

4 – As atividades desenvolvidas no empreendimento, nos termos da DN COPAM nº 217/2017, enquadram-se como passíveis de licenciamento ambiental, tendo sido regularmente licenciadas por meio da LAS/RAS nº 358/2019 (doc. SEI 118071886), para a atividade de criação de bovinos, bubalinos, equinos, muares, ovinos e caprinos, em regime extensivo.

5 - O processo foi instruído com a documentação necessária à análise jurídica, requerimento, documentos do requerente, planta topográfica, Proposta de compensação, PIA, PTRF, CAR e demais documentos pertinentes, anexados aos autos do processo administrativo.

### II. Análise Jurídica:

6 - De acordo com as informações constantes nos autos, o requerimento mostra-se passível de autorização, nos seguintes termos: intervenção em Área de Preservação Permanente (APP), sem supressão de vegetação nativa, em área de 0,07 ha, em conformidade com a legislação ambiental vigente. Ressalte-se que a propriedade está situada no bioma Cerrado, fora de áreas prioritárias para conservação da biodiversidade e em zona de baixa vulnerabilidade natural, conforme parecer técnico. Trata-se de pedido de regularização de intervenção em APP realizada em caráter emergencial, protocolada no processo SEI nº 2100.01.0020187/2025-91, com o objetivo de evitar o rompimento de barramento que apresentava risco estrutural. O uso da água encontra-se devidamente outorgado pela Portaria nº 1900921/2020 (doc. SEI 118071816). Considerando a inexistência de alternativa técnica locacional e a existência prévia do barramento, a intervenção enquadra-se na hipótese de rigidez locacional, encontrando amparo da legislação aplicável, por configurar atividade de interesse social.

7 - Do ponto de vista jurídico, é cediço que as áreas de preservação permanentes são aquelas protegidas por lei, revestidas ou não com cobertura vegetal, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, de proteger o solo e de assegurar o bem-estar das populações humanas. Assim, diante da singularidade e o valor estratégico das áreas de preservação permanente, tem-se que estas são, em regra, dotadas de intocabilidade, e por isso, seu uso econômico direto é vedado.

8 - Entretanto, a legislação ambiental vigente aponta os casos de flexibilização do uso da área de preservação permanente, conforme disposto na Lei Estadual 20.922/2013, Decreto Estadual 47.749/19 e a DN 236/19. Essas normas estabelecem que a intervenção em APP somente poderá ser autorizada, mediante procedimento administrativo autônomo e prévio, nos seguintes casos: obras decorrentes de utilidade pública, de interesse social ou ações consideradas eventuais e de baixo impacto.

9 – Entende-se por interesse social: a) as atividades imprescindíveis à proteção da integridade da vegetação nativa, tais como prevenção, combate e controle do fogo, controle da erosão, erradicação de invasoras e proteção de plantios com espécies nativas; b) a exploração agroflorestal sustentável praticada na pequena propriedade ou posse rural familiar ou por povos e comunidades tradicionais, desde que não descaracterize a cobertura vegetal existente e não prejudique a função ambiental da área; c) a implantação de infraestrutura pública destinada a esportes, lazer e atividades educacionais e culturais ao ar livre em áreas rurais consolidadas e em ocupações antrópicas consolidadas em área urbana, observadas as condições estabelecidas nesta Lei; d) a regularização fundiária de assentamentos humanos ocupados predominantemente por população de baixa renda em áreas urbanas de ocupação antrópica consolidada, observadas as condições estabelecidas na Lei Federal nº 11.977, de 7 de julho de 2009; e) a implantação de instalações necessárias à captação e condução de água e de efluentes tratados para projetos cujos recursos hídricos sejam partes integrantes e essenciais da atividade; f) as atividades de pesquisa e extração de areia, argila, saibro e cascalho, outorgadas pela autoridade competente; g) a implantação da infraestrutura necessária à acumulação e à condução de água para a

atividade de irrigação e à regularização de vazão para fins de perenização de curso d'água; h) outras atividades similares devidamente caracterizadas e motivadas em procedimento administrativo próprio, quando inexistir alternativa técnica e locacional à atividade proposta, definidas em ato do Chefe do Poder Executivo Federal ou Estadual, tudo isso nos exatos termos do art. 3º, inciso II, da Lei Estadual nº 20.922/2013.

10 - Como medidas ecológicas de caráter mitigador e compensatório, o Requerente deverá cumprir as medidas estabelecidas no Parecer Técnico.

11 - Insta ressaltar, que a inexecução total ou parcial das medidas mitigadoras e compensatórias, ensejará sua remessa ao Ministério Público, para execução das obrigações, sem prejuízo das demais sanções legais.

### III) Conclusão:

12 - Ante ao exposto, considerando que o processo fora devidamente instruído e com respaldo no parecer técnico acostado nos autos, o Núcleo de Controle Processual – URFBIO Triângulo, do ponto de vista jurídico, opina favoravelmente à autorização para intervenção ambiental nos seguintes moldes: intervenção em APP sem supressão de vegetação nativa em 0,07ha, desde que atendidas as medidas mitigadoras e compensatórias descritas, se houver, e desde que a propriedade não possua área subutilizada ou abandonada (art. 68 Lei Estadual nº 20.922/2013).

Sugere-se o prazo de validade do DAIA deverá coincidir com o prazo da licença ambiental, conforme Decreto Estadual nº 47.749/19, art. 8º.

Ressalta-se que, as autorizações para intervenções em área de preservação permanente passíveis de regularização do uso de recursos hídricos, somente produzirão efeito após sua obtenção.

### Observações:

As motosserras, bem como os demais equipamentos usados (tratores de esteira e similares) para a atividade de exploração deverão estar devidamente regularizadas junto ao IEF. Prazo: Durante a vigência do DAIA.

O transporte do material lenhoso (raízes, lenha, etc) oriundo da exploração somente poderá ser transportado para outro local fora da propriedade acobertado pelo documento ambiental a ser emitido pelo IEF do município no qual se encontra o empreendimento. Prazo: Durante a vigência do DAIA.

Fica expressamente vedada a expansão da intervenção em APP, salvo com autorização expressa do órgão ambiental.

Fica registrado que o presente Parecer restringiu-se a análise jurídica do requerimento de intervenção em APP sem supressão de vegetação nativa com base nas informações técnicas prestadas. Assim, o Núcleo de Controle Processual – URFBIO Triângulo, não possui responsabilidade sobre a análise técnica realizada, bem como a responsabilidade sobre os projetos e programas apresentados nos autos, sendo a execução, operação, comprovação de eficiência e/ou gerenciamento dos mesmos, de inteira responsabilidade do empreendedor, seu projetista e/ou prepostos.

É o parecer, s.m.j.

Data: 20 de agosto de 2025.

## 8.CONCLUSÃO

*“Após análise técnica e controle processual das informações apresentadas, e, considerando a legislação vigente, opinamos pelo **DEFERIMENTO (INTEGRAL)** do requerimento de REGULARIZAÇÃO DE INTERVENÇÃO EM APP SEM SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO NATIVA EM 0,070HA ONDE O PROPRIETÁRIO REALIZOU A REFORMA DO BARRAMENTO JÁ EXISTENTE CONFORME PEDIDO DE INTERVENÇÃO AMBIENTAL EMERGENCIAL PROTOCOLADO EM 10/06/2025.*

## 9.MEDIDAS COMPENSATÓRIAS

*“Executar o Projeto Técnico de Recuperação da Flora – PTRF – apresentado anexo ao processo na Fazenda Bela Vista 4.718, 30.441, 30.442 e 34.286, em área de 0,070 ha, tendo como coordenadas de referência UTM 22 K: Ponto Inicial 642556 E e 7903289 S, Ponto Final 642635 E e 7903268 S. na modalidade DE PLANTIO, nos prazos estabelecidos no cronograma de execução.”*

**9.1 Relatório de Cumprimento de Condicionantes:****NÃO SE APLICA****10.REPOSIÇÃO FLORESTAL****NÃO SE APLICA****11.CONDICIONANTES****Condicionantes da Autorização para Intervenção Ambiental**

Item	Descrição da Condicionante	Prazo*
1	<i>“Executar o Projeto Técnico de Recuperação da Flora – PTRF – apresentado anexo ao processo na Fazenda Bela Vista 4.718, 30.441, 30.442 e 34.286, em área de 0,070 ha, tendo como coordenadas de referência UTM 22 K: Ponto Inicial 642556 E e 7903289 S, Ponto Final 642635 E e 7903268 S. na modalidade DE PLANTIO, nos prazos estabelecidos no cronograma de execução.”</i>	Prazo estabelecido no PTRF.
2		
3		
4		
...		

*\* Salvo especificações, os prazos são contados a partir da data de concessão da Autorização para Intervenção Ambiental.*

**INSTÂNCIA DECISÓRIA****( ) COPAM / URC    ( x ) SUPERVISÃO REGIONAL****RESPONSÁVEL PELO PARECER TÉCNICO****Nome: MAURO MOREIRA DE QUEIROZ**

CPF: 044.984.666-08

**Nome: JOSÉ MARIA DE CASTRO JR****MA SP: 1080604-6****RESPONSÁVEL PELO PARECER JURÍDICO****Nome: Rosimeire Cristina Santos Ferreira****MA SP: 1615396-7****OAB/MG 180.323**

Documento assinado eletronicamente por **Rosimeire Cristina Santos Ferreira, Gerente**, em 21/08/2025, às 11:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **José Maria Castro Júnior, Coordenador**, em 22/08/2025, às 15:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **120881038** e o código CRC **1C84F020**.